

# Volta atrás!

Passados nove meses, o País descobre que tudo voltou ao que era: primeiro, o reconhecimento oficial de que se fazia necessário estabelecer alguma forma de indexação para títulos financeiros; depois, a proclamação, *urbe et orbi*, de que se os salários aumentam os preços também devem aumentar; finalmente, o restabelecimento do poder do CIP. A isso tudo, acrescentam-se cândidas promessas e recomendações que continuam primando por ignorar a realidade, como, por exemplo, a que sugere que as empresas procurem o órgão controlador de preços em vez de cobrar ágio. O ministro Dílson Funaro, que é o autor do inefável conselho, parece ter-se esquecido de que ele próprio determinou que a revisão dos preços seja feita caso a caso pelo CIP, de acordo com precedências e procedimentos estabelecidos pelo órgão. Com isso, continuará havendo defasagem de preços, cobrança de ágio, prisões administrativas, fechamento de lojas etc. etc., até que o bom senso volte a reinar nos gabinetes ministeriais de Brasília.

O que deve ser dito, no momento em que se volta aos procedimentos que transformaram (por obra do CIP) a produção brasileira num imenso oligopólio, é que o presidente Sarney não necessitaria expor-se à perda de prestígio e de credibilidade se, desde o início, tivesse posto em dúvida a afinação da cantilena daqueles que lhe diziam que a inflação terminara, que a correção monetária jamais voltaria e que a elevação dos juros e dos preços ocorrera porque o prof. Delfim Netto, primeiro, o ministro Francisco Dornelles, depois, não haviam tido a mais leve consideração pelo povo. O presidente, sempre o dissemos, foi enganado. Pagou e continuará pagando preço elevado por haver jogado pela janela nove meses num quadro político-econômico em que cada minuto contava, e por haver consentido que se desperdiçassem cerca de quatro bilhões de dólares das reservas cambiais do País. Em outras palavras, por haver permitido que o País retroagisse.

O Brasil voltou atrás em razão da teimosia dos assessores econômicos do chefe de Estado, que sempre se recusaram a ver que as leis do mercado não podem ser enca-

radas como se fossem expressão da vontade pecaminosa dos empresários, especialmente dos comerciantes. Foi, porém, tardio o retorno, porque não haverá mágico das finanças, chame-se ele Erhard ou Pinay, que possa reorganizar a economia nacional com tempo suficiente para impedir que os efeitos da empáfia com que se administrou a economia se manifestem no campo social. Em outro comentário nesta página, analisamos as razões pelas quais a fórmula alvitada para tirar a economia do *impasse* em que se encontra acabará conduzindo a mais inflação e, paralelamente, à estagnação. O que importa assinalar, aqui, são os aspectos políticos e sociais de uma política que deveria ser revista de *fond-en-comble*, mas que não o será, porque os técnicos do Executivo preferem menosprezar os empresários. Decidiram escalonar aumentos — começando pelas empresas estatais, que comandam a economia, e pelos remédios e produtos veterinários, cuja produção é insuficiente para atender a população e os rebanhos. O resto..., bom, o resto esperará novas decisões e providências.

Se não cabe lembrar aqui tudo aquilo que dissemos que aconteceria, não podemos, tampouco, bater palmas ao Executivo. E não o fazemos por uma simples razão: a turrice e a pequenez no trato dos problemas econômicos continuam a imperar. Que disse o ministro Funaro? Veja-se esta jóia: “Eu não quero (*repare-se que é s.e.x.a. que quer ou não quer e não a racionalidade da economia que impõe*) o funcionamento de uma economia infernal, mas sim de uma economia normal, dirigida, com preços administrados. A sociedade não pode exigir que alguns setores empresariais operem com prejuízos. Não se constrói um país deste modo”. No entanto, foi isso que o ministro quis quando se baixou o Decreto-Lei nº 2.283: construir uma economia em que todos os setores operassem com prejuízo. Por que o ministro da Fazenda *não quer* uma economia infernal? Porque não sabe o que é uma economia normal — ora pois. Se soubesse, há muito que teria suspendido o congelamento e cogitado de fazer a revolução que o consagraria como o grande eco-

nomista brasileiro da virada do século: teria voltado ao mercado!

Acontece que o Executivo não acredita no mercado. Se confiasse na classe empresarial, não estaríamos assistindo ao triste espetáculo de o ministro Funaro fazer as vezes de porta-voz dos esquerdóides que se instalaram no poder, para anunciar que as leis do mercado só se estabelecerão no Brasil quando a oferta for compatível com a demanda. Para dizer numa só palavra, nunca! Afinal, em nove meses, se acelerou a fuga de capitais, os investimentos foram protelados, os circuitos nacionais subvertidos, os preços deixaram de funcionar como indicadores — mas a população vai crescendo (e a demanda, conseqüentemente) a níveis incompatíveis com o aumento real possível da oferta de bens. Não bastasse isso, a burocracia e a classe política, em estreita associação, intocadas, vivem do déficit público!

Os leitores recordar-se-ão de que em nosso primeiro editorial sobre o Plano Cruzado dizíamos confiar em seu êxito por dever de patriotismo. E que já em 28 de fevereiro tínhamos pelo malogro das medidas adotadas, por desconfiar da mentalidade voluntarista — do “eu quero”, do “tem de dar certo” — embutida num instrumento de legalidade duvidosa, que violentava flagrantemente a Constituição e os direitos individuais. Hoje, igualmente por dever de patriotismo, dirigimos um apelo ao presidente da República: aceite as leis do mercado e corra os riscos da impopularidade. As eleições passaram, e até que a Constituinte discuta a questão da duração do mandato presidencial o mercado ter-se-á ajustado, tornando suportável a inflação criada nesses nove meses, e o clima de liberdade econômica poderá arejar a mentalidade de burocratas e de quantos decidem neste país. Só há uma opção: ou correr os riscos oferecidos pelo mercado, enfim, a aventura humana em sua plenitude, ou aceitar a certeza da estagnação e do agravamento das tensões sociais, produzidas ambas por aqueles burocratas, professores e economistas da Unicamp que trabalham para controlar a economia depois de desorganizá-la.